

A CÂMARA MUNICIPAL DE BARRA MANSA APROVA E EU SANCIONO A SEGUINTE:

LEI Nº 2379 DE 26 DE ABRIL DE 1991

Institui o Regime Jurídico Único dos Servidores do Município de Barra Mansa e dá outras providências.

Art. 1º - Fica instituído, a partir da data de publicação desta Lei, o Regime Estatutário para os servidores públicos do Município e de suas Autarquias e Fundações Públicas.

Art. 2º - Continua em vigor a Lei nº 1.718/83, que, com suas alterações e complementações, regerá doravante as relações entre o Município, suas Autarquias e Fundações Públicas e todos os atuais servidores.

Parágrafo Único – Ficam excluídos da incidência desta Lei:

- a) os contratados por tempo determinado ou para cargos técnicos de natureza eventual;
- b) os que respondem inquérito administrativo ou judicial, bem como estejam sob processo cujo objeto é a extinção da relação empregatícia, sob qualquer de suas formas, até o pronunciamento final da Justiça.

Art. 3º - Os empregos e/ou funções públicas, ocupados pelos servidores incluídos no Regime Jurídico Único ora instituído, ficam transformados em Cargos, na data da vigência desta Lei.

§ 1º - A transformação de que trata o “caput” deste artigo, nos órgãos da Administração Direta, dar-se-á pelo enquadramento automático dos servidores celetistas, observada a equivalência e atribuições dos Cargos Integrantes do Plano de Carreira.

§ 2º - Os Quadros de Pessoal das Autarquias e Fundações Públicas, cujos empregos e/ou funções são transformados em Cargos, permanecerão estruturados na forma vigente, até a adoção de Planos de Carreira próprios.

Art. 4º - Ficam extintos os contratos individuais de trabalho, cujos empregos e funções foram transformados, assegurando-se aos respectivos ocupantes a continuidade, dos direitos adquiridos anteriormente e do tempo de serviço, para todos os efeitos de direito.

Art. 5º - Os servidores públicos municipais abrangidos pelo enquadramento automático, passarão a ocupar os Cargos instituídos no Plano de Carreira, mediante transposição automática e reenquadramento, desde que:

- a) haja compatibilidade com as atribuições do Cargo;
- b) possuam a devida capacitação profissional;
- c) tenham exercido a função por mais de 02 (dois) anos, mesmo sem nela estar classificado.

§ 1º - Para efeito de transposição e reenquadramento no Plano de Carreira, considerar-se-á o tempo de serviço no Município, suas Autarquias e Fundações Públicas, ininterrupto ou não.

§ 2º - Para fins de reenquadramento por transposição de Cargos, tomarr-se-á o valor do vencimento do Cargo para o qual o servidor foi transposto dentro do Plano de Carreira, como base de cálculo para o percebimento do percentual correspondente ao tempo de serviço e demais valores adquiridos e incorporados por força de Lei.

Art. 6º - Os saldos das contas do FGTS em nome dos servidores optantes, regidos pela CLT, abrangidos pelo Regime Estatutário, serão objeto de regulamentação própria, através de Lei, no prazo de até 180 (cento e oitenta) dias, contado da vigência desta Lei, excetuando-se os saldos das contas dos Servidores Públicos do Município e de suas Autarquias e Fundações Públicas, cujos depósitos estejam em dia, que poderão, mediante requerimento e após a promulgação desta Lei, retirarem o saldo total de suas contas.

Art. 7º - O Município assume, com o Servidor Público Municipal e seus Dependentes, a partir da vigência desta Lei, toda Assistência Médica, Hospitalar e Ambulatorial à Saúde, bem como a Seguridade Social e demais benefícios instituídos no Estatuto em vigor.

Art. 8º - A partir da vigência desta Lei, o Município contribuirá com 20% (vinte por cento) e os funcionários com 10% (dez por cento) do total de seus vencimentos, para cobrir a assistência acima estipulada, importância que será recolhida a uma conta vinculada.

Parágrafo Único – Ficam excluídos da mencionada contribuição os Aposentados e Pensionistas

Art. 9º - Os Agentes Políticos serão nomeados pelo Prefeito Municipal e por ele exonerados quando entender conveniente, não se vinculando ao Regime instituído nesta Lei.

Art. 10 – Para efeito do disposto no artigo 7º, haverá ajuste de contas com o Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS), proporcionalmente à parcela que é de sua responsabilidade, correspondente ao período de contribuição por parte dos servidores celetistas abrangidos por esta Lei.

Art. 11 – Dentro de 120 (cento e vinte) dias, a Secretaria Municipal de Administração promoverá o levantamento de todas as situações funcionais, como devido reenquadramento nos Cargos.

Art. 12 – Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA MANSA, 26 de abril de 1991

ISMAEL ALVES DE SOUZA
Prefeito

Obs.: Inconstitucionalidade dos artigos 3º e parágrafos, 4º e 5º e parágrafos (Representação por Inconstitucionalidade nº 54/92)

Este texto não substitui o publicado no jornal "A Voz da Cidade", edição nº 5116, de 29/04/1991

A CÂMARA MUNICIPAL DE BARRA MANSA APROVA E EU SANCIONO A SEGUINTE:

LEI Nº 3.380, DE 13 DE DEZEMBRO DE 2002.

Ementa: Dispõe sobre a transformação de empregos em cargos na Administração Pública Municipal de Barra Mansa e dá outras providências.

Art. 1º - Passa a ser regulada por esta Lei a situação dos Servidores Públicos Municipais dos Poderes Executivos e Legislativo de Barra Mansa, que têm seus empregos transformados em cargos, nos mesmos termos da Lei do Estado do Rio de Janeiro nº 1.698, de 23.08.1990 e da Resolução do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro nº 2, de 18.11.1992.

Art. 2º - A transformação referida no artigo anterior não incluirá:

I – Os servidores que tenham sido admitidos, em caráter precário, para funções de natureza técnica especializada, nos termos do art. 106, da Constituição Federal de 1967, com a Emenda nº1, de 1969;

II – Os Servidores que, na data da entrada em vigor da Lei nº2.379/91, contavam com setenta (70) ou mais anos de idade, adotando-se, quanto a estes, as alternativas previstas na legislação da Previdência Social Federal, então em vigor;

III – Os estrangeiros do desempenho de cargos ou funções públicas municipais, na data da entrada em vigor da Lei Municipal nº 2.379/91;

IV – Os que desempenhavam, na data da entrada em vigor da Lei nº2.379/91, atribuições de confiança para as quais tenham sido especificamente admitidos;

V – Os que não foram contemplados pela Lei nº 2.379/91.

Art. 3º - O tempo de serviço no emprego será contado para todos os efeitos em favor dos servidores cujas funções tenham sido transformadas em cargos.

Art. 4º - A transformação estabelecida por força de Norma Constitucional, implementar-se-á da seguinte maneira:

I – Pelo reconhecimento do enquadramento na data da entrada em vigor da Lei Municipal nº 2.379/91 dos servidores, em cargos de atribuições idênticas às que vinham desempenhando como empregados, nas Administrações Direta, Indireta e Fundacional.

II – Pela manutenção dos Servidores nas funções que desempenhavam, na data da entrada em vigor da Lei nº2.379/91, ainda que sem nomenclatura correspondente às dos cargos que passaram a ocupar, com a reclassificação ou o reenquadramento.

III – Os servidores que não dispunham, na data de vigência da Lei nº 2.379/91, da escolaridade requerida para o desempenho das atribuições que passaram a desempenhar em decorrência da transformação de emprego em cargo, integrarão “Quadro Suplementar” a ser elaborado pela Secretaria Municipal de Administração e Modernização do Serviço Público, a ser aprovado por ato do Executivo.

Parágrafo Único – Os órgãos de pessoal da Administração Direta e Indireta providenciarão a expedição do competente termo de investidura e demais expedientes decorrentes da transformação a que se refere esta Lei, cabendo à Secretaria Municipal de Administração e Modernização do Serviço Público a ao órgão competente da Câmara Municipal zelar pelo integral cumprimento do disposto neste parágrafo.

Art. 5º - O Poder Executivo encaminhará à Câmara Municipal Projeto de Lei dispondo sobre os Planos de Carreira, Quadros e Subquadros, compatibilizando-os com as inovações trazidas pela Emenda Constitucional nº19, de 05 de junho de 1998.

Art. 6º - O Prefeito Municipal e a Mesa da Câmara Municipal expedirão os atos executivos e normativos que se fizerem necessários para a mais fiel execução da presente Lei.

Art. 7º - As despesas decorrentes desta Lei correrão à conta das dotações orçamentárias próprias, dos Poderes Executivo e Legislativo.

Art. 8º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, mas seus efeitos, no que couber, serão considerados a partir da entrada em vigor da Lei nº2.379/91, revogadas as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA MANSA, 13 de dezembro de 2002.

ROOSEVELT BRASIL FONSECA
Prefeito

Obs.: Este texto não substitui o publicado no Notícia Oficial nº 73, de 24/12/2002.